

Editorial

Intervenções urgentes

Álvaro de Vasconcelos

O debate sobre a intervenção não deve cingir-se à questão do Iraque, mas estender-se ao imperativo de uma presença militar internacional na Palestina ou, num outro plano, ao apoio decisivo ao processo angolano e à transição marroquina. A União Europeia deve ser capaz de responder ao repto que George Bush lançou: tornar a comunidade internacional relevante para a segurança mundial.

Agir ou não no Iraque tem sido visto como um confronto entre os adeptos do direito de intervenção para resolver problemas graves de segurança em que as Nações Unidas se mostram impotentes (essencialmente ingleses e americanos) e os legalistas e pacifistas (essencialmente franceses e alemães), reedição do velho confronto entre neutralistas e intervencionistas, que preferem prevenir a sofrer as consequências da passividade. Não é porém assim.

Entre os críticos da política americana para o Iraque estão inúmeros defensores da intervenção no Kosovo. Jacques Chirac foi um dos principais impulsionadores da política de intervenção nos Balcãs. Gerhard Schroeder e Joschka Fischer foram os primeiros a envolver tropas alemãs numa operação militar fora do território sem mandato claro das Nações Unidas, no Kosovo. Por isso não faz sentido considerar que a sua oposição à intervenção militar contra o Iraque resulta principalmente de um aproveitamento eleitoral do pacifismo alemão. Fischer, que relançou o debate europeu com o seu discurso de Humboldt, a União Europeia deve ter uma visão própria da segurança internacional, que pode ou não coincidir com a dos Estados Unidos, e os meios para a fazer valer. A posição europeia possível é a resultante de uma aproximação da posição «de princípios» alemã e da posição «política» francesa: deve por um lado defender o reforço da capacidade das Nações Unidas para intervir na resolução de questões que põe em causa a segurança internacional, e que depende antes de tudo a vontade dos membros do Conselho de Segurança, e por outro lado ser coerente com uma sólida fundamentação das condições gerais que devem presidir às intervenções militares, humanitárias ou não.

Existem circunstâncias como no Kosovo em que não agir é permitir o massacre, e a intervenção preventiva é legítima e necessária. No Ruanda, uma intervenção militar, com ou sem mandato das Nações Unidas, teria possivelmente impedido um genocídio. Mas para que a liberdade de acção fora do quadro das Nações Unidas não signifique a legitimação automática de todas as agressões, é necessário definir em que condições ela é justificável. Foi o que se procurou fazer depois do Kosovo, salientando-se algumas condições essenciais:

- a ideia da urgência: não agir de imediato equivale a consentir um crime iminente contra a humanidade;
- estarem esgotadas, nas Nações Unidas, todas as possibilidades de legitimar a intervenção;
- a intervenção militar significar, no que é previsível, um mal menor que a não intervenção;
- existir um quadro regional multilateral para legitimar a acção, como a Nato para a intervenção no Kosovo, e esta ser feita por uma coligação que inclua Estados da região em crise.

É por nenhuma destas condições estar reunida que a intervenção sem mandato no Iraque é ilegítima. Por isso é censurável a posição de Tony Blair ou de Aznar, correndo isolados a comprometer-se com o unilateralismo preventivo da administração Bush. Há momentos como este em que arriscar uma crise transatlântica é preferível ao seguidismo em relação à política americana. Aliás, é também a melhor forma de contribuir para a segurança dos próprios Estados Unidos.

Não haver razões sérias que demonstrem a urgência de uma intervenção, e haver razões de sobra para a considerar contraproducente para a paz e a segurança internacional, não significa que não seja necessário lidar com a violação sistemática das resoluções do Conselho de Segurança por parte do regime iraquiano, e garantir que o seu objectivo desarmamentista é cabalmente cumprido. Isso significa, sem dúvida e em primeiro lugar, garantir o regresso dos inspectores para destruir as armas proibidas eventualmente existentes: Mas significa também ter bem presente que a questão iraquiana não se passa na Lua mas sim no Médio Oriente, e que é impossível desfazer a ligação que tem, ao menos na desobediência sistemática ao Conselho de Segurança, com o conflito entre

Israel e a Palestina. Nas presentes circunstâncias, querer impor as resoluções das Nações Unidas ao Iraque pela via militar e não as impor a Israel redundaria em pura descredibilização das Nações Unidas, e reforça a convicção em vastos sectores no Médio Oriente, e não só, de que os objectivos de uma acção militar contra o Iraque não são os que se querem aparentar mas, entre outros, a agenda anti-árabe de Israel e do Ocidente, o que por sua vez alimenta todos os radicalismos. Parafraseando o Presidente Clinton: é o Médio Oriente, seu estúpido! Para resolver a questão do armamento do Iraque é preciso desbloquear também a questão palestina. E aí há urgência exactamente numa intervenção militar para separar as duas partes em conflito.

A posição europeia perante crises susceptíveis de afectar a segurança internacional não pode porém resumir-se à problemática da intervenção militar in extremis na resolução de problemas graves. Nem é essa a sua tradição. Há que apoiar resolutamente os processos de paz e de transição política, e que prestar atenção também às boas notícias como as que vêm de Angola ou de Marrocos. No caso angolano, isso significa responsabilizar também o governo, e não só a comunidade internacional, pela resposta à tragédia humanitária e pela abertura de um real processo de transição política. No caso marroquino, um dos raros países árabes em que pode falar-se de verdadeiras hipóteses de construção da democracia – e a força de um exemplo de sucesso teria importância transcendente na actual situação internacional –, isso significa um apoio mais decisivo, tanto da União Europeia como do seu aliado americano, para resolver os graves problemas sociais que o país enfrenta. A União demonstrou na cimeira de Joanesburgo estar em sintonia com as aspirações de muitos. Mas também aí ficou claro que sem paz e democracia não há desenvolvimento sustentável.